

Ciência E Religião: Algumas Reflexões Acerca Da Lei 11.645/08 E Sua Relevância Para Tratar Dos Assuntos Étnicos-Raciais Na Escola

Alberto Lapa Rosa¹
Andréa Lúcia da Silva de Paiva²
Bruno Ian Soares³
Mayara Oliveira⁴
Thamires Pessanha Angelo⁵

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender de que maneira os conceitos de ciência e religiosidade são desenvolvidos nas escolas apresentando como base a Lei nº 11.645/08 que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino uma obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Esse estudo utiliza-se dos métodos de pesquisa quanti-qualitativa considerando a relevância da dialética entre esses métodos como forma de melhor compreender as questões que foram trabalhadas. Sendo assim, buscamos nessa pesquisa, através de um viés antropológico, fornecer dados que permitam aos profissionais na área da educação construir mecanismo de ensino que possam contribuir para o debate acerca das intolerâncias religiosas.

Palavras Chave: Educação - Ciência – Religiosidade

Abstract

The present work aims to understand how the concepts of science and religiosity are developed in schools, based on Law 11.645 / 08, which establishes the inclusion in the official curriculum of the teaching system of an obligatory theme: History and Culture Afro- Brazilian and Indigenous. This study uses the quantitative-qualitative research methods, considering the relevance of the dialectic between these methods as a way to better understand the issues that have been worked on. Thus, we seek in this research, through an anthropological bias, to provide data that allow professionals in the education field to build a teaching mechanism that can contribute to the debate about religious intolerance.

Keywords: Education- Science - Religiosity

¹ Graduando do curso de licenciatura em Ciências Sociais pela UFF.

² Prof. Dra. da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos).

³ Bacharel em Ciências Sociais pela UFF.

⁴ Bacharel em Ciências Sociais pela UFF.

⁵ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2016 e tem como objetivo apresentar a relação entre docente e discente no ensino de Sociologia através da discussão entre ciência e religião visando refletir acerca das problemáticas entre alunos e professores.

O presente trabalho busca compreender de que maneira os conceitos de ciência e religiosidade vem sendo desenvolvidos nas escolas a luz da Lei nº 11.645/08, que regulamenta a obrigatoriedade de se trabalhar em todos os estabelecimentos do ensino público e privado do ensino fundamental e de Ensino Médio o estudo sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A pesquisa também visa analisar a discussão da temática nas aulas de sociologia na Educação Básica.

Utilizou-se como metodologia de pesquisa a elaboração de um questionário contendo perguntas abertas e objetivas somando um total de 17 questões acerca da afirmação étnica-racial, a trajetória do aluno e seu interesse nas aulas de Sociologia no Ensino Médio, a temática indígena, e a religiosidade discente e docente bem como as problemáticas envolvidas nessa relação.

Foram aplicados questionários em duas escolas estaduais (nas turmas de segundo e terceiro anos do Ensino Médio) e uma turma de primeiro período do curso de Ciências Sociais de uma instituição de ensino público superior, localizadas no Município de Campos dos Goytacazes.

A escolha por essas três instituições ocorreu com base nos seguintes critérios: a primeira escola estadual, a qual denominaremos de escola X, ocorreu pela sua importância histórica campista frente à ascensão social de uma sociedade que via, nessa instituição, um espaço para melhor formação escolar. A segunda escola estadual, a qual denominaremos de escola Y, ao contrário da primeira, carrega um estigma social de “fracasso”. Muitos dos alunos são de classes mais baixa e originários de diferentes distritos de Campos. A terceira instituição, a qual denominaremos de Z, trata-se de um curso superior e foi escolhida visando compreender até que ponto os alunos ingressantes descreviam suas relações sobre o ensino de sociologia, a afirmativa étnica-racial, os conteúdos sobre a cultura e história afro-brasileira e indígena e de que forma analisavam a relação entre ciência e religião dentro do contexto escolar⁶.

⁶ Importante destacar que os nomes das instituições como dos discentes serão fictícias visando preservar a identidade dos mesmos e a ética profissional.

O estudo teve início a partir do levantamento de dados e de relatos de experiências docentes⁷ nas instituições. Observa-se um aspecto de hostilidade entre alunos e professores, no ensino de Sociologia no Ensino Médio, no momento em que o docente buscava expor em sua aula temas relacionados aos seguintes assuntos: história e cultura Afro-Brasileira e Indígena apontando e algumas problemáticas relacionais entre ciência e religião. A partir desta observação foi necessária uma profunda análise de teóricos voltada para o campo da educação, cultura, juventude, religiosidade e ciência a fim de nos fornecer melhores instrumentos de avaliação para a problemática levantada que terminou com a elaboração e aplicação dos questionários.

Através das respostas dadas nos questionários buscamos analisar e classificar com base em uma perspectiva antropológica dois pontos centrais: 1- Os limites sobre os estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, no que tange especificamente à religiosidade: até que ponto as narrativas classificadas como “sagrada” e “profano” são capazes de trazerem ambiguidades de valores na visão do aluno? 2- Entre o papel da ciência e da religião, como podemos identificar os conflitos ou “silêncio” na relação entre docente e discente acerca do tema?

Sendo assim, essa pesquisa visa contribuir para a construção didática acerca da relação entre a ciência e a religião no campo da educação. Busca-se, assim, aos profissionais docentes, em conjunto com os discentes, reflexões sobre a questão visando desconstruir uma classificação etnocêntrica do caráter religioso, entre o “bem” e o “mal”, fornecendo bases científicas que contribuirão para o debate acerca das intolerâncias religiosas na escola.

O Brasil é um país laico, mas a religião vai à escola

“São opostos. A religião tem Deus como centro de tudo, o criador. A ciência já precisa de um método para comprovar tudo” (Aluno P. escola Y).

É de conhecimento que no Brasil a constituição defende o caráter laico das escolas. No Brasil a respeito dessa questão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei 9475, de 22 de julho de 1997) aponta em seu artigo 33º a seguinte redação:

⁷ Esses relatos somam à experiência como docente da coordenadora do projeto no tempo em que atuava como docente de sociologia no Ensino Médio (público e privado) e Fundamental II (privado) e, atualmente, como docente de ensino superior ao ministrar disciplinas de formação docente no curso de Ciências Sociais – Licenciatura nas quais os estagiários abordam as problemáticas e demais questões observadas nas aulas de sociologia no ensino médio em escolas públicas localizadas no município de Campos dos Goytacazes.

Art.33º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1996).

No entanto, a discussão legislativa sobre religiosidade nos coloca diante de um quadro educacional bastante complexo visto que cabem aos Conselhos Estaduais de Ensino (conforme as complexas e diversificadas realidades regionais), as Secretarias Estaduais de Educação e os Conselhos de Educação a regulamentação, apontando assim, lacunas a respeito do tema. Somada a essa questão, em cada unidade escolar há um Projeto Político Pedagógico (PPP) onde se observa tentativas de construções e adaptações entre o “mundo legislativo” e o “mundo real” vivenciado pela instituição. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º institui que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, se torna inviolável a liberdade de consciência, a liberdade de crença, como também a liberdade de culto ao garantir a separação entre Estado e igrejas no sentido da não intervenção do primeiro em assuntos religiosos garantido o pluralismo tanto confessional quanto o de escolha individual. Mas, a questão entre o Estado Laico e a religiosidade, no Brasil, ainda segue um desafio. Como analisa o antropólogo Giumbelli (2008):

No Brasil, em se tratando de laicidade, nos deparamos com a aurora republicana como marco. É quando se adota de modo assumido o princípio da separação entre Estado e igrejas. Em termos mais concretos: rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados; ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual. Note-se que estamos no final do século XIX e a amplitude desse projeto de laicização coloca o Brasil ao lado, e mesmo à frente, de outros países igualmente comprometidos com aqueles princípios. Mas como eles foram concretizados? Levantar tal questão implica em apostar na seguinte ideia: mais do que princípios, o que estão em jogo são dispositivos que configuram a relação entre Estado e religião dentro das exigências da laicidade, partindo-se da constatação de que esse modelo é adotado simultaneamente em muitas nações. Ou seja, temos muitos experimentos de laicidade naquele momento histórico e não precisamos, para entendê-los, sujeitar a maioria deles a um referencial analítico decalcado de alguma situação nacional particular (GIUMBELLI, 2008, p. 81-82).

Faz-se necessário desenvolver essa abordagem para pensar a temática na relação entre docentes e discentes, uma vez que a religião está presente no cotidiano social dos indivíduos que compõe esse sistema educacional. Nas escolas observadas no município de Campos dos Goytacazes, a presença de símbolos religioso no espaço revelam uma controvérsia às legislações apontadas acima, ao mesmo tempo que desafia pensar a execução de tais normas no campo de estudos sobre religiões no Brasil.

Ao examinar o Censo Demográfico de 2010 do estado do Rio de Janeiro, verificou-se que a religião Católica tem o maior número de adeptos, embora os dados apresentam uma redução nas duas últimas décadas. Em seguida está a religião Evangélica e logo depois os espíritas e dos classificados como “sem religião”. Verifica-se que o menor percentual de católicos se encontra no Rio de Janeiro, com 45,8%.

A partir da pesquisa, observou-se um sentimento de mal-estar vivenciado pelos discentes entrevistados que praticam o catolicismo no município de Campos dos Goytacazes. Mediante as informações, os conflitos entre católicos e evangélicos, obtidas através dos questionários, observou-se a necessidade de buscar dados secundários para melhor compreender essa situação. Desta forma, esses dois grupos religiosos do município de Campos dos Goytacazes foram investigados a partir de dados fornecidos pelo Censo Demográfico de 2010.

No Censo Demográfico de 2010 – Campos- RJ – estão presentes 3 vertentes do catolicismo (Católica Apostólica Romana, Católica Apostólica Brasileira e Católica Ortodoxa) e diferentes vertentes evangélicas⁸. Entretanto, o número de católicos é maior que o de evangélicos; a população que se classifica como pertencente a religião Católica Apostólica Romana neste município representa um quantitativo de 232.568 pessoas e os adeptos às religiões evangélicas são 144.025 pessoas. O total da população Campista entre católicos e evangélicos é de 376.593 habitantes. Em termos percentuais, o número de católicos chega ser quase o dobro dos evangélicos, pois temos 62% da população de católicos para 32% da população evangélica. Embora essa análise aponta para uma acentuada desproporção entre a população católica em relação à categoria evangélica, o que foi percebido com base nas respostas dos questionários é que a população da categoria católica ainda sim era a que mais

⁸As vertentes evangélicas são: a Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica, Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista, Igreja Assembleia de Deus, Igreja Congregação Cristã do Brasil, Igreja O Brasil para Cristo, Igreja Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Casa da Bênção, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranata, Igreja Nova Vida, Evangélica Renovada não determinada, Comunidade Evangélica, Outras Igrejas Evangélicas de origem pentecostal e Evangélicas não determinadas. Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf Acessado em 01 de maio de 2019.

sentia desvalida frente aos praticantes das religiões de vertentes evangélicas/protestante, em relação a já terem sofrido em algum momento de sua vida algum tipo de preconceito religioso. Os dados que dispomos no município, com base no Censo de 2010, o seguinte quadro de 598 adeptos das religiões de matrizes africanas⁹.

Deste modo, apesar do Brasil ser considerado um país laico, torna-se importante discutir com nossos alunos durante sua formação a respeito da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Isso posto, entende-se a relevância da aplicação da Lei nº 11.645/08 em todo contexto escolar, uma vez que verificamos, nas escolas onde o estudo foi realizado, uma carência por parte dos alunos com relação ao conhecimento da história do negro e do índio em nosso país.

Portanto, faz-se necessário a utilização desta lei para desconstruirmos os estereótipos presentes em nossa sociedade, pois durante nossas investigações percebemos que a falta do conhecimento leva os discentes não apenas o desconhecimento de tais assuntos, mas à violência física e simbólica visto que o ato de não saber tende a se transformarem formas de preconceito e ausência de alteridade com a cultura do outro. A alteridade deve ser pensada em sua essência: o relativismo, a capacidade de estabelecer relações entre pontos de vista diferentes. A ciência nos coloca diante das opiniões diferentes.

A problematização do conceito religião no cotidiano escolar

Para melhor compreensão sobre a religiosidade foi solicitado que cada indivíduo da amostra relatasse se possuía algum tipo de crença e quais seriam elas. As categorias que surgiram diversas vezes foram: “Evangélico”, “Católico”, “Cristã”, “Espírita”, “Adventista” e “Testemunha de Jeová”. Outros não se identificaram com nenhuma religião. Foram poucos os questionários que surgiram as classificações “Candomblé” e “Umbanda”; apenas em um questionário da amostra da instituição Z surgiu a classificação “Hare Krishna”. A respeito das poucas identificação apresentada a respeito da matriz africana nos questionários a autora Caputo (2012) traz uma investigação que vem ao encontro às nossas observações e análises.

Ao trabalhar a educação nos terreiros e a relação da escola com as crianças iniciadas e adeptas a religiosidade de matriz africana, a autora aponta que crianças e adolescentes de terreiros, nas escolas, tendem a não se identificarem como “filhos de santos”

⁹ Há 181 adeptos do Candomblé e 417 adeptos da religião Umbanda. Dado retirado do site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/tj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/23/22107> Acessado em 01 de maio de 2019.

temendo sofrer preconceitos. Por essa razão, elas são discriminadas, silenciadas e invisibilizadas.

Um ponto que é importante a ser citado e que talvez possa demonstrar a complexidade em trabalhar com a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena mostra-se no momento em que se perguntou no questionário qual era a religião que eles obtinham menos informações. Dentre as categorias surgiram: Maçonaria, Muçulmano, Islamismo, Testemunha De Jeová, Hinduístas e as religiões de matrizes africanas – Candomblé e Umbanda – foram as que apareceram, por diversas vezes, como as classificações com o maior número de desconhecimento e informação. Com base nesse diagnóstico, pode-se perceber que as categorias Católicas e Evangélicas pouco apareceram nesse item. Diante desta análise considera-se que boa parte deste estranhamento em relação aos estudos da cultura e história Afro-Brasileiro e Indígenas, muitas vezes se dá pela própria falta de conhecimento dos mesmos.

É no contexto escolar que os discentes trazem continuamente as ações e pensamentos do senso comum. É nesse *locus* um dos espaços onde são capazes de revelar como pensam, como opinam uma determinada situação. Cabe ao docente em troca com o discente, o trabalho de construção de uma análise crítica. Há, assim, um universo de senso comum que o jovem revela na escola a ser lapidado pelo conhecimento científico.

Cabe na escola a formação quanto aos questionamentos sobre os diferentes campos de conhecimentos. A juventude na escola traz e desafia o senso comum à ciência em um jogo contínuo com os desafios docentes acerca de temas como sexualidade, religião, gênero, religião, política, dentre outras realidades sociais as quais vivenciam. Não há como pensar essas questões sem antes compreender a juventude nesse contexto e, sobretudo, o caminho de incertezas e dúvidas que trazem. Segundo Dayrell (2007):

As trajetórias tendem a ser individualizadas, conformando os mais diferentes percursos nessa passagem. Podemos dizer que, no Brasil, o princípio da incerteza domina o cotidiano dos jovens, que se deparam com verdadeiras encruzilhadas de vida, nas quais as transições tendem a ser ziguezague antes, sem rumo fixo ou predeterminado. Se essa é uma realidade comum à juventude, no caso dos jovens pobres os desafios são ainda maiores, uma vez que contam com menos recursos e margens de escolhas, imersos que estão em constrangimentos estruturais. Para a grande maioria desses jovens, a transição aparece como um labirinto, obrigando-os a uma busca constante de articular os princípios de realidade [...] (DAYRELL, 2007, p.1113-1114).

Boas (2007, p.47), por sua vez, já descrevia que “... cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente dependente do desenvolvimento interno peculiar ao

grupo social e particularmente de influências exteriores às quais ele tenha estado submetido.” Partindo dessas reflexões é importante salientar que a maior parte da população da amostra se classificou como sujeitos católicos ou evangélicos.

No entanto, um dado que foi analisado e necessita ser apontado é a relação de conflito que surgiu entre os sujeitos que se declararam católicos, espíritas e evangélicos. Nesse sentido, a escola se afirma como um *locus* das diferenças, mas também dos conflitos existentes capazes de revelar uma dada realidade social, que muito das vezes fogem ao *olhar* do docente e da instituição quando não se permite compreender a realidade social para qual estão ministrando.

Outro desafio ao docente da disciplina de sociologia no Ensino Médio está em descrever o seu posicionamento frente às temáticas a serem discutidas e a disciplina enquanto ciência. Podemos fazer um paralelo com a discussão sobre prática da ciência, segundo Latour (1994), especialista em tecnologia e em filosofia da ciência:

Se os fatos não ocuparem o lugar ao mesmo tempo marginal e sagrado que nossas adorações reservam para eles, imediatamente são reduzidos a meras contingências locais e míseras negociatas. Contudo, não estamos falando do contexto social e dos interesses do poder, mas sim de seu envolvimento nos coletivos e nos objetos (LATOUR, 1994, p.11).

O autor analisa que o conceito de modernidade traz uma suposta separação entre humano e não-humano, sujeito e objeto, política e ciência. Se as ciências são meios de produção de verdade, nessa construção, há o espaço para compreendê-la também como fonte de poder, dúvidas e para perceber a fragilidade de se fazer ciência.

Nesse sentido, a noção do autor vem ao encontro à discussão que trazemos nessa pesquisa sobre o trabalho em sala de aula. Cabe na docência o trabalho de *fabricar* verdades que possam ser discutidas em sala de aula. Se os discentes trazem por sua vez suas crenças podemos perceber que a análise entre o diálogo da fé e da razão é essa a dinâmica que simboliza o trabalho científico. Como já analisava Latour (1994), o objetivo da ciência não é a produção de verdades indiscutíveis, mas discutíveis.

Embora ocorra a noção de relativismo acerca de diferentes culturas o indivíduo tende a carregar sua visão acerca da família, da religiosidade, da sexualidade, sobre etnia, diferentes povos, os rituais sobre pureza e impureza, sagrado e profano criam unidades na experiência, pois revelam padrões simbólicos executados e publicamente manifestados (DOUGLAS, 1966). Isso posto, cabe analisarmos as diferentes narrativas e contexto que aparecem.

Religiões e Oposições: o conflito em questão

Durante a análise dos questionários ficou nítido a relação de oposição entre os sujeitos das vertentes católicas e evangélicas. Quando perguntado aos estudantes se eles já sofreram algum tipo de preconceito religioso dentro do ambiente escolar, a observação foi que a maioria dos alunos já foi vítima de preconceito. Observou-se que o preconceito acontece, na maioria das vezes, pela relação de oposição entre os alunos da categoria de crenças católicas e os das evangélicas.

Sendo assim, constatou-se que existe uma divergência entre esses dois grupos. As falas dos alunos evidenciavam essa relação conflitante entre os membros desses grupos. Alguns depoimentos obtidos: “Porque eu às vezes ia à igreja católica, e minha turma antiga tinha muitos evangélicos e eles sempre queriam ser melhores do que o católico.” (Aluno A. instituição Z) “Eu era a única aluna católica na sala contra vários alunos protestantes.” (Aluno T. instituição Z).

Entre os vários posicionamentos, obtidos pelas respostas nos questionários, foi possível observar que os praticantes das religiões católicas e espíritas declararam sentir, por diversas vezes, o preconceito em relação ao seu posicionamento religioso. Ao contrário dos discentes que se declaravam evangélicos ou protestantes. Em uma das respostas do questionário, averiguou-se o relato de uma discente que alegou sentir preconceito quando mencionou na escola que via espíritos e que falava com a mãe dela que tinha morrido. A mesma declarou que isso virou motivo de zombaria e que chegaram chamá-la de esquizofrênica. Em outro questionário, outra aluna afirma que: “... acreditava na força dos elementos da natureza. Me chamaram de louca, boba, sem noção por acreditar em física quântica” (Aluna F., instituição Z).

Ora, com tantos questionamentos acerca do que seria ou não religião; dessa dicotomia entre o caráter “certo/santo” e “errado/profano”, percebe-se a necessidade de se trabalhar com esses assuntos no ambiente escolar. Não para levar o aluno a seguir determinada doutrina, mas para mostrar a diversidade cultural e religiosa que existe em nossa sociedade, visando, assim, quebrar este preconceito religioso que é vivenciado no ambiente escolar. De acordo com Lèvi-Strauss (1996), em sua busca por buscar distinções entre o homem e outros animais, cada sociedade humana não passa de um sistema de comunicação no qual circulam essencialmente três estruturas de trocas: palavras, bens e pessoas. Nesse sentido, entender uma religião vai além de entender o significado dessa categoria em sua

particularidade, mas de perceber que dentro dessa mesma categoria existe maneiras de expressar pensamentos.

Após a observância desse conflito entre católicos e evangélicos, nota-se a necessidade não apenas de compreender a respeito desse conflito, mas de trazer aos discentes uma reflexão crítica acerca do universo de diferentes culturas que habitam em nossa sociedade.

Na percepção analítica sobre os questionários e durante a aplicação em si dos mesmos, percebe-se que a noção de “sagrado” e “profano” apontam para uma visão de valores tanto para os discentes quanto para os docentes. A pesquisa nos revela que os docentes de sociologia não estão trabalhando a questão em sala. Se os alunos, por sua vez, trazem a religiosidade para a sala de aula e, conseqüentemente a questão do preconceito para a discussão, parece haver um silêncio por parte dos docentes (e também de alguns discentes) nas aulas de sociologia em sua grande maioria.

Parece haver uma visão etnocêntrica sobre a visão religiosa, entre o “bem” e o “mal”, respectivamente, entre sagrado e profano. Nesse sentido há uma atribuição de valor que parece remeter a esfera de um senso comum: o que eu não sei, desconheço; o que eu não quero falar para não gerar conflito, não falo; o que cada indivíduo traz soma como uma questão dele, são algumas das narrativas discentes presentes nas observações em campo. Conseqüentemente, o silêncio dá margens para o preconceito e para a prática da discriminação.

Quando perguntado se em algum momento da vida escolar o discente percebeu algum tipo de preconceito e conflito em relação ao seu posicionamento religioso algumas respostas foram apontadas: 1- os alunos responderam que alguns professores eram “neutros”; 2- Muitos acreditaram ser o professor “ateísta” ou “agnóstico” devido ao comportamento dele. Como descreve os depoimentos abaixo acerca das aulas de sociologia ministradas no Ensino Médio:

“Pois ele sempre falava de Deus em um tom de deboche, ironia, etc. Porém, eu não ligava para isso. Cada um com sua maneira de pensar” (aluna G. instituição Z).

“Ele gostava de provocar com piadas zoando o cristianismo” (aluna L, instituição Z).

“Pelo fato da professora na maioria das vezes coloca Deus como o poderoso, aquele na qual sabe o destino de cada ser humano” (aluno D. Instituição Z).

“Porque ele demonstra a sua fê” (aluna F., escola Y).

“O modo como fala sobre a sua religião e, às vezes, expõe o seu ponto de vista” (aluna M., escola Y).

Dos 50 questionários aplicados na escola X, 40 alunos relataram que os professores tinham um posicionamento “neutro” / “imparcial” em relação à religiosidade: “O professor se mostrou imparcial em relação às religiões” (aluno U., escola X); “Ele não se referia a nenhuma religião e também respeitava quaisquer religião” (aluno N., escola X).

No entanto, na mesma Instituição, no momento de aplicação dos questionários, um aluno nos perguntou “o que é ser agnóstico? O professor imediatamente responde: “não acreditar na bíblia”.

À relação entre religião e ciência a pesquisa revelou os seguintes dados: dos 29 questionários realizados na escola Y, 17 discentes responderam ser essa relação “conflituosa”, “confusa” e “distante”, 8 afirmaram existir algo em “comum” e 4 questionários não foram respondidos, descrevendo, assim, um silenciamento”. Na escola X, em um total de 50 questionários: 10 alunos relataram a oposição entre ciência e religião, 16 não responderam a questão e 22 responderam ser ciência e religião um complemento, algo em comum e relacional, 2 não responderam, “silenciamento”. Por sua vez, na instituição Z, no total de 36 questionários: 13 responderam ser uma relação de oposição; 15 responderam ser uma relação de complemento; e 8 não responderam.

Quanto à autoafirmação étnica-racial, em uma análise qualitativa sobre a autoafirmação étnica-racial grande parte se classificou como “branca”. Percebe-se essa classificação justificada pela certidão de nascimento ou por classificação social atribuída: “Porque está na minha certidão de nascimento” (aluna M. da escola X). Por sua vez, os que se classificaram como negros justificam o porquê através da identificação da cultura: “Porque eu sou filha de negros, sou negra, e gosto de ser negra, independente de pardo na minha certidão de nascimento” (aluna A. da escola X). De todos os 115 questionários apenas um se auto afirmou como “indígena”: “Acho que eu tenho traços que lembram esses povos, características que fazem relação para com o outro” (aluna G. escola X).

Os silenciamentos

Como foi mencionado anteriormente, os alunos pouco demonstraram conhecimento a respeito da história, cultura afro-brasileira e indígena. Poucos alunos comentaram sofrer preconceito no ambiente escolar por conta do seu posicionamento religioso em relação às religiões candomblé e umbanda, mas também devemos ter em mente que essas classificações apareceram poucas vezes em qualquer parte das respostas dos discentes entrevistados. O presente estudo apontou a prevalência dessas categorias como sinônimo de algo desconhecido

pelos alunos. Desse modo, é possível que esses silêncios em relação a história e cultura Afro-Brasileira e Indígenas, os quais foram detectados através das respostas dadas nos questionários, estejam relacionados ao medo de sofrer “perseguições” por conta do seu posicionamento religioso.

Um estudo feito pelo Núcleo de Estudos da Exclusão e da Violência – NEEV no ano de 2013 realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF (SANTOS, 2015) pontuou que os praticantes de religiões afro-brasileiras nesse município sofrem algumas situações de preconceito religioso e intolerância religiosa, e que os mesmos não se sentem protegidos pelas esferas públicas que deveriam cuidar dessas questões, por essa razão muitos adeptos dessas religiões preferem se calar por medo de sofrerem “sanções” pelo restante da sociedade.

O estudo catalogou 2.400 pessoas desse município que são adeptas às religiões de matrizes afro-brasileiras. Ou seja, uma população expressivamente menor comparada às populações das categorias de católicos e evangélicos deste município, porém expressiva. Através dessa significativa diferença entre essas categorias pode-se considerar esse medo(silenciamento) da população seguidora das religiões afro-brasileiras.

Em relação às questões indígenas, a pesquisa mostrou a ausência de entendimento dos discentes em relação a esses assuntos. Quando perguntado se nas aulas do Ensino Médio o professor falava sobre a questão racial e indígena, poucos foram os questionários que obtiveram “sim” na resposta. Foi possível perceber que nas poucas vezes que apareceu como a questão indígena foi ensinada em sala de aula, a mesma foi descrita pelos alunos como forma de introduzir os conceitos de cultura, igualdade social e questões raciais, mas sem descrever, de fato, a vida social, cultural e política desses povos. Foi notório o elevado quantitativo de estudantes que não responderam essa questão do questionário. O que leva entender os silenciamentos aqui apontados, como dados relevantes para compreender as complexidades de se trabalhar com determinados temas no ambiente escolar. Desta maneira, este trabalho formulado a partir de bases teóricas e empíricas buscou salientar a importância da utilização da Lei 11.645/08 em todo contexto educacional.

Em relação à religião de matriz afro-brasileira pode se identificar um silêncio nas aulas de sociologia no Ensino Médio bem como de outras disciplinas a respeito dessa crença. Esse silenciamento também foi observado no quesito das relações étnico-raciais, pois durante a aplicação dos questionários, tendo como análise o fenótipo, foi possível constatar que boa parte da população entrevistada das escolas X e Y eram composta em sua maioria por pessoas negras e pardas. Entretanto, na análise dos questionários essa categoria estava relacionada

diretamente a cor e não a uma questão identitária. Diante desses aspectos, essa investigação, ressalta mais uma vez a necessidade de se trabalhar com os alunos o conteúdo que é estabelecido pela Lei 11.645/08 que alterou a Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 que até então só trazia a obrigatoriedade no currículo oficial das redes de Ensino o estudo da “História e Cultura Afro-Brasileira”, pois constatamos a ausência desse caráter identitário na concepção dos discentes. Os dados revelaram que boa parte dos entrevistados utilizou somente da categoria cor para se definirem como negros, brancos ou pardos.

Conforme as análises feitas em relação a questão étnica esse estudo também assinala aquilo que Oracy Nogueira já anunciava na década de cinquenta quanto o “preconceito de Origem” experimentado nos Estados Unidos da América e o “preconceito de Marca” vivenciado no Brasil, segundo Nogueira (2006):

De um modo geral, os característicos aqui apontados, no que se refere à situação racial brasileira, ou já foram reconhecidos pelos autores dos estudos indicados – desde o de Donald Pierson aos patrocinados pela Unesco – ou se baseiam em dados e fatos que eles apresentam. A própria expressão “preconceito de marca” não constitui senão uma reformulação da expressão “preconceito de cor”, que se encontra não apenas nos autores referidos e em outros escritos relativos à “situação racial” brasileira, como chega, mesmo, a ser corrente, em certos círculos, na sociedade brasileira, quando se discute a questão (NOGUEIRA, 2006 p.292).

Nogueira refere-se aos estudos patrocinados pela Unesco na década de cinquenta que tinha como finalidade mostrar como o Brasil era um país de democracia racial. Embora esse financiamento tenha sido realizado para um determinado fim foi possível constatar através desse mesmo estudo o contrário, pois no Brasil o preconceito racial está presente na estrutura da sociedade brasileira.

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Diante dessas questões empregamos as reflexões de Nogueira (2006), juntamente com nossas observações no campo para interpretar esse silenciamento étnico das populações pardas e negras presente neste estudo, pela falta de conhecimento dos mesmo a respeito da história e cultura dessas populações no Brasil.

Considerações finais

Já se passaram mais de dez anos em que a Lei 11.645/08 foi regulamentada, trazendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas no ensino fundamental e médio. Percebemos que ainda temos um longo caminho para se percorrer. Trabalhar com a história e cultura Afro-Brasileira e Indígena é permitir que os discentes obtenham conhecimentos acerca da sua própria cultura, pois, casos de conflitos e intolerâncias religiosas só poderão ser resolvidos quando o indivíduo começa perceber as variedades culturais que estão presentes em uma única nação.

Dessa forma, a pesquisa chama atenção mais uma vez para a necessidade do docente abordar esses assuntos em sala de aula, inclusive como forma de resolução de problemas sociais.

Apesar do recorte feito para o estudo aqui realizado, podemos considerar essa pesquisa em um caráter mais amplo no qual nos permita compreender a necessidade e relevância de se falar sobre esse tema em todo contexto escolar uma vez que aponta para a compreensão dos diferentes espaços como uma construção social onde cabe aos docentes, a condição de orientar o indivíduo para vida em sociedade despertando nele uma reflexão dos desafios que compõem uma vivência em um mundo multicultural.

Embora o estudo tenha focado mais na questão da relação entre discente e docente no que tange a problemática da discussão entre ciência e religião no contexto escolar, essa pesquisa também mostrou a necessidade de se manusear os conteúdos estabelecidos pela Lei nº 11.645/08 para abordar as questões étnico-raciais com os discentes em sala de aula. Essa ausência de construção identitária presente nas falas dos discentes nos remete mais uma vez para aquilo que Nogueira (2006) mencionou quanto aos estigmas experimentados por indivíduos que possuem a tonalidade de pele mais escura. Aponta também uma observação importante a respeito da identidade, sobretudo a identidade religiosa, enquanto um fenômeno em construção, suas problemáticas e desafios. Por exemplo, ao descrever as ondas pentecostais e as transformações do Brasil, Novaes (2001, p. 51) analisa como a identidade de “ser crente” em oposição a “ser católico” foi sendo construída: “‘Ser crente’ significa romper a ‘religião de família’, abandonar devoções aos santos, interromper ciclos de promessas e, em contrapartida, sentir-se ‘escolhido por Deus’”.

Tratar desses assuntos no ambiente escolar e trazer uma reflexão a respeito dessas questões para os discentes é o mesmo que fornecer bases na construção dessa consciência identitária.

Referências bibliográficas

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 4 ed. 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília 1988.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei n. 9394/96. Brasília 1996.
CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: ed. Rocco, Cap. 1. 1986.

DAYRELL, Juarez. a escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128. <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>>. Acesso em 05/05/2017.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1966.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARCIA, Antonia. **Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador D`Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, Cap.2. 2009.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In. Revista: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 28 (02), 2008. p. 80-101. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2>> Acesso em 24/05/2009.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simetria. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: Tempo Social, v.19, n. 1, p. 297 – 308. 2006.

NOVAES, Regina Reyes. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In. Religião e cultura popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.41-74.

OLIVEIRA, Cristiane. OLIVEIRA, Luiz. FERRAZ, Maria. **Escolas, Culturas e Diferenças: experiência e desafios na educação básica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

SANTOS, Diego et al. Catálogo das Religiões Afro-Brasileiras em Campos dos Goytacazes: Preservar, dar Visibilidade e Combater a Discriminação, 2015.

Outras Fontes:

CENSO DEMOGRÁFICO 2010 - Características Gerais da População, religião e Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em 01 de maio de 2019.

IBGE <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25/05/17.